

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Edital 02/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 10	EMPREGO PÚBLICO: <ul style="list-style-type: none">• Professor de Educação Básica II - Português
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este caderno de provas contém um total de **30** (trinta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Conhecimentos Didático-Pedagógicos e 10 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. Esta prova terá a duração de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 3 (três) horas, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
7. Os gabaritos oficiais das Provas Objetivas de Múltipla Escolha serão publicados no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP em jornais de circulação local, e divulgados nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, no dia 01 de março de 2016.
8. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: As questões de **01** e **02** referem-se ao texto a seguir. Leia-o com atenção.

Texto 1



QUESTÃO 01

Para construir sua crítica, o autor da charge optou por:

- I. contrapor notícias de temáticas distintas.
- II. usar o substantivo 'alta' em oposição ao verbo 'abaixar'.
- III. ridicularizar a mídia.

Estão **CORRETOS** os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 02

Para a compreensão da charge, o leitor precisa compartilhar de alguns conhecimentos prévios com o autor. A passagem que torna mais evidente essa necessidade é:

- (A) "Dólar em alta."
- (B) "Inflação em alta."
- (C) "Nada abaixa nesse país."
- (D) "Um viaduto em BH abaixou dois centímetros e meio!"

INSTRUÇÃO: Leia o texto 2 a seguir para responder as questões 03 a 10.

Texto 2

A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA

José Luiz Fiorin (USP)

No conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, lemos a seguinte passagem: “A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças” (*Monteiro Lobato: textos escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1967, p. 75). No capítulo III, de *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, aparece a seguinte passagem: “Marramaque, poeta *raté*, tinha uma grande virtude, como tal: não denegrir os companheiros que subiram nem os que ganharam celebridade” (*Prosa seleta*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2001, p. 661). Em Machado de Assis, no conto *Aurora sem dia*, lê-se: “Ah! meu amigo, [...] não imagina quantos invejosos andam a denegrir meu nome” (*Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. II, p. 224). Diante desses textos não faltaria quem apontasse o dedo acusador para os três autores, tachando-os de racistas. Afinal, *denegrir* significa “diminuir a pureza, o valor de; conspurcar, manchar” e é construído com a mesma raiz da palavra *negro*; *judiar* quer dizer “tratar mal física ou moralmente, atormentar, maltratar” e é formado com o termo *judeu*. Mas será que podemos fazer essa acusação? Machado e Lima Barreto eram descendentes de negros; Lobato posicionou-se contra o nazifascismo e pode-se dizer que, à maneira de seu tempo, era antirracista.

A linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalcadas: mulheres, negros, homossexuais, etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscrevendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias.

Em 2004, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República publicou uma cartilha intitulada *Politicamente correto e direitos humanos*, em que mostrava que determinadas palavras, expressões e anedotas revelam preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Essa publicação gerou muita polêmica e levou o governo a recolhê-la. Muitos intelectuais proeminentes acusaram o governo de estar instaurando a censura (por exemplo, João

Ubaldo Ribeiro, no artigo “O programa Fala Zero”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 8/5/2005, p. D3, e Ferreira Gullar, no artigo “A coisa está branca”, publicado na *Folha de S. Paulo*, de 15 de maio de 2005, p. E 12). Declaravam que se tratava de um ato autoritário de um governo que pretendia até mesmo controlar o que as pessoas dizem; que o poder público tinha coisas mais importantes, como a educação e a saúde, com que se preocupar. Chegaram a afirmar que poderíamos ser presos, se disséssemos alguma coisa que contrariasse as normas linguísticas governamentais. Bradavam que se pretendia engessar a língua, impedindo o seu desenvolvimento.

Não vamos fazer a maldade de argumentar, dizendo que chama atenção que esses furiosos críticos do governo (no geral, articulistas dos principais jornais do país) não tivessem tido a mesma irada reação, quando os jornais em que escrevem vetaram o uso, em suas páginas, de uma série de palavras ou expressões por denotarem preconceito, discriminação ou ofensa em relação a determinados grupos sociais (conferir, por exemplo, o verbete “preconceito” do *Manual de redação* da Folha de S. Paulo (2001, p. 94) ou o verbete “ética interna” do *Manual de redação e estilo* de O Estado de S. Paulo (1990, p. 34-38)).

A linguagem politicamente correta leva-nos a pensar em uma série de aspectos a respeito do funcionamento da linguagem (meus argumentos concordam com os de Sírio Possenti, difundidos em comunicações e textos). O primeiro é que, como já ensinava Aristóteles, na *Retórica*, aquele que fala ou escreve cria, ao produzir um texto, uma imagem de si mesmo. Sem dúvida nenhuma, a presença de certas palavras num determinado texto faz que ele seja racista, machista, etc., criando uma imagem de que seu autor é alguém que tem preconceito contra as mulheres, os negros, os índios, os homossexuais e assim por diante. O que é preciso saber é se combater o uso de palavras ou expressões que patentessem a discriminação é um instrumento eficaz de luta contra ela.

De um lado, é verdade que a linguagem modela sentimentos e emoções. Se alguém sempre ouviu certos termos ou expressões, como *negro*, *bicha* ou *coisa de mulher*, ditos com desdém ou com raiva, certamente vai desenvolver uma atitude machista ou racista. Quem é tratado com gritos ou com ameaças seguramente não vai introjetar atitudes de bondade ou doçura. Portanto, usar uma linguagem não marcada por fortes conotações pejorativas é um meio de diminuir comportamentos preconceituosos ou discriminatórios. De outro lado, porém, é preciso atentar para dois aspectos. O primeiro é que o cuidado excessivo na busca de eufemismos para designar certos grupos sociais revela a exis-

tência de preconceitos arraigados na vida social. Se assim não fosse, poder-se-ia empregar, sem qualquer problema, por exemplo, o vocábulo *negro*, sem precisar recorrer à expressão *afrodescendente*. Em segundo lugar, os defensores da linguagem politicamente correta acreditam que existam termos neutros ou objetivos, o que absolutamente não é verdade. Todas as palavras, ensina Bakhtin, são assinaladas por uma apreciação social. Considera-se que os termos *bicha*, *veado*, *fresco* são mais preconceituosos que a designação *gay*. Isso é parcialmente verdadeiro, pois os três primeiros estão marcados por pesada conotação negativa. No entanto, o termo *gay* também vai assumindo valor pejorativo, tanto que, à semelhança do aumentativo *bichona* e do diminutivo *bichinha*, criaram-se *gayzaço* e *gayzinho*. Isso ocorre porque as condições de produção de discursos sobre a mulher, o negro, o homossexual, etc. são as de existência de fortes preconceitos em nossa formação social. Isso significa que não basta mudar a linguagem para que a discriminação deixe de existir. Entretanto, como a conotação negativa é uma questão de grau, não é irrelevante deixar de usar os termos mais fortemente identificados com atitudes racistas, machistas, etc. [...]

http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticamente_correta.htm [adaptado]

QUESTÃO 03

São **CORRETAS** as proposições sobre o texto:

- I. As mudanças de uso da língua não são suficientes para que o preconceito deixe de existir.
- II. O uso de eufemismos indicia preconceitos.
- III. Não há palavra neutra, pois toda palavra é ideológica por natureza.

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 04

Considerando a configuração e o funcionamento dos textos, pode-se dizer que o texto anterior caracteriza-se como:

- (A) um depoimento.
- (B) um diálogo.
- (C) uma exposição.
- (D) uma narrativa.

QUESTÃO 05

“**Declaravam** que se tratava de um ato autoritário de um governo que pretendia até mesmo controlar o que as pessoas dizem; que o poder público tinha coisas mais importantes, como a educação e a saúde, com que se preocupar. **Chegaram a afirmar** que poderíamos ser presos, se disséssemos alguma coisa que contrariasse as normas linguísticas governamentais. **Bradavam** que se pretendia engessar a língua, impedindo o seu desenvolvimento”.

As palavras em destaque referem-se:

- (A) à Cartilha *Politicamente correto e direitos humanos*.
- (B) à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- (C) ao governo.
- (D) aos intelectuais.

QUESTÃO 06

A linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalçadas: mulheres, negros, homossexuais, etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas.

Analise as afirmativas sobre as aspas na passagem anterior:

- I. Enfatizam outra fala.
- II. Evidenciam um conceito.
- III. Realçam a expressão.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 07

Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscrevendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais.

A oração que tem a mesma classificação da destacada anteriormente é:

- (A) A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias.
- (B) A linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalçadas.
- (C) De um lado, é verdade que a linguagem modela sentimentos e emoções.
- (D) Lobato posicionou-se contra o nazi-fascismo e pode-se dizer que, à maneira de seu tempo, era antirracista.

QUESTÃO 08

A grafia da palavra antirracista justifica-se em:

- (A) Não se usa mais o hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s.
- (B) Não se usa o hífen nas palavras compostas.
- (C) Quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante não se usa mais o hífen.
- (D) Quando o prefixo termina na mesma consoante pela qual começa o segundo elemento não se usa o hífen.

QUESTÃO 09

No trecho “Chegaram a afirmar que poderíamos ser presos, se disséssemos alguma coisa que contrariasse as normas linguísticas governamentais.”, os verbos em destaque funcionam como:

- (A) Anáforas.
- (B) Catáforas.
- (C) Dêiticos.
- (D) Silepses.

QUESTÃO 10

Para “costurar” uma frase a outra no texto, buscando dar-lhe coerência, o autor utiliza-se de recursos de coesão bastante variados, como acontece em:

Isso é parcialmente verdadeiro, pois os três primeiros estão marcados por pesada conotação negativa.

Nesse trecho o segmento sublinhado:

- (A) exprime uma relação semântica conclusiva com a primeira oração.
- (B) poderia ser substituído pelo conectivo ‘porque’.
- (C) constitui-se de um argumento com valor concessivo.
- (D) expressa uma relação de condicionalidade.

PROVA DE CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS**QUESTÃO 11**

Ao discutir a relação entre os alunos com o saber, Bernard Charlot (2000) afirma que “o *fracasso escolar* não existe; o que existe são alunos em situação de fracasso. A noção de *fracasso escolar* remete para fenômenos designados por uma ausência, uma recusa, uma transgressão”, dificultando pensá-lo como tal. Para o autor, há duas maneiras de traduzir o fracasso escolar para poder pensá-lo:

- (A) como avaliação e interesse em situações atípicas.
- (B) como desempenho e frequência escolar.
- (C) como diferença e comparação das experiências escolares dos alunos.
- (D) como estrutura escolar e definição de funções administrativas escolares.

QUESTÃO 12

A escola não constrói a partir do zero, e o aprendiz não é uma tábula rasa, uma mente vazia. Trabalhar a partir das representações dos alunos é dar a eles regularmente direitos na aula, interessar-se por elas, criando um espaço de discussão. Dessa forma, é **CORRETO** dizer que o professor que trabalha a partir das representações dos alunos tenta

- (A) abster-se do lugar dos aprendizes.
- (B) ignorar a forma de aprendizagem de cada aluno.
- (C) lembrar-se de que, se os alunos não compreendem, é por falta de vontade.
- (D) reencontrar a memória do tempo em que ainda não sabia.

QUESTÃO 13

A evolução da escola suscita a participação de professores e pessoal administrativo a construir novas competências como profissionalização, responsabilização, participação, autonomia de gestão, cooperação, desejáveis ao funcionamento burocrático do ambiente escolar. Assim, é **CORRETO** afirmar que

- (A) administrar os recursos de uma escola é fazer escolhas, ou seja, é tomar decisões coletivamente.
- (B) conduzir ações de planejamento da escola é impor a realização de um projeto pessoal.
- (C) coordenar o ambiente escolar não requer flexibilidade dos dispositivos de direcionamento.
- (D) organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, independe da participação dos alunos.

QUESTÃO 14

Muito se fala em avaliação. O processo de planejamento inclui o processo de avaliação; pode-se afirmar que o planejamento é um processo de avaliação ao que se junta a ação para mudar o que não esteja de acordo com o ideal (GANDIN, 1994). Quando se usa o termo avaliação no planejamento, pode-se usá-lo em distintos significados, **EXCETO** como:

- (A) diagnóstico.
- (B) comparação.
- (C) classificação.
- (D) acompanhamento.

QUESTÃO 15

Inclusão social escolar nos remete a repensar o sentido atribuído à educação, às nossas concepções e à ressignificação do processo de construção de todo o indivíduo. Como profissional da educação, o desafio do educador frente à inclusão social é

- (A) classificar cada aluno no que se refere ao potencial e à capacidade de aprendizagem.
- (B) criar um processo de avaliação única para seus alunos.
- (C) enfrentar o novo e ir em busca de embasamentos que possam auxiliar numa prática educativa que inclua a todos.
- (D) repetir situações surgidas no interior da sala de aula.

QUESTÃO 16

Diversas competências profissionais norteiam o trabalho do professor, que não se reduzem apenas ao domínio dos conteúdos a serem ensinados. Segundo Perrenoud (2000), existem dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação contínua dos professores. Dentre elas, as seguintes, **EXCETO**:

- (A) enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão.
- (B) organizar e dirigir situações de aprendizagem.
- (C) promover a discriminação social e cultural.
- (D) utilizar novas tecnologias.

QUESTÃO 17

A avaliação da aprendizagem escolar está presente na vida de todos nós que, de alguma forma, estamos comprometidos com atos e práticas educativas. No contexto escolar, a avaliação deve ser vista como um instrumento indispensável na verificação do aprendizado contínuo dos alunos, de suas dificuldades e do direcionamento dos professores na busca de abordagens que contemplem uma melhor didática no processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, a avaliação descreve que _____, _____ ou _____ os alunos adquiriram, que objetivos do ensino já atingiram e que dificuldades têm em relação a outros.

Os termos que preenchem, **corretamente**, as lacunas são, **respectivamente**:

- (A) conhecimentos – atitudes – aptidões.
- (B) estratégias – percursos – mitos.
- (C) metas – conquistas – vivências.
- (D) sonhos – ideais – comportamentos.

QUESTÃO 18

O currículo escolar abrange experiências de aprendizagens, conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia a ser utilizada para os diversos níveis de ensino. Tem-se o currículo real, o currículo oculto e o currículo prescrito ou oficial. Em relação ao currículo prescrito ou oficial, é **CORRETO** afirmar que se trata de um currículo que

- (A) representa exclusivamente a relação cultural entre os atores envolvidos no processo educativo.
- (B) existe em toda instituição de ensino, sendo elaborado por órgãos político-administrativos, igual para todos e serve de apoio ao sistema de ensino.
- (C) apresenta somente a reação do aluno ante o que está sendo apreendido.
- (D) acontece unicamente dentro da sala de aula na relação entre professor e aluno.

QUESTÃO 19

Pela Constituição de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família. Ela visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. É **CORRETO** afirmar que o ensino deve ser ministrado, levando-se em conta

- (A) a gestão dominadora da administração.
- (B) a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
- (C) o padrão de quantidade em detrimento da qualidade.
- (D) o reducionismo de ideias.

QUESTÃO 20

O projeto político pedagógico define a identidade da escola e indica os caminhos para ensinar com qualidade. Ele traz os objetivos que a escola deseja alcançar, as metas a cumprir e os sonhos a realizar, apresentando sua história, o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Não se constrói um projeto sem um norte, sem um rumo; por isso, dizemos que todo projeto pedagógico da escola é também

- (A) inflexível.
- (B) unilateral.
- (C) limitado.
- (D) político.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÃO: Considere os textos abaixo para responder as questões 21 e 22.

Concepções de linguagem alteram modo de ensinar

Na década de 1970, uma nova transformação conceitual mudou as práticas escolares. A linguagem deixou de ser entendida apenas como a expressão do pensamento para ser vista também como um instrumento de comunicação, envolvendo um interlocutor e uma mensagem que precisa ser compreendida. Todos os gêneros passaram a ser vistos como importantes instrumentos de transmissão de mensagens: o aluno precisaria aprender as características de cada um deles para reproduzi-los na escrita e também para identificá-los nos textos lidos.

Ainda era essencial seguir um padrão preestabelecido, e qualquer anormalidade seria um ruído. Para contemplar a perspectiva, o acervo de obras estudadas acabou ampliado, já que o formato dos textos clássicos não servia de subsídio para a escrita de cartas, por exemplo.

Em pouco tempo, no entanto, as correntes acadêmicas avançaram mais. Mikhail Bakhtin (1895-1975) apresentou uma nova concepção de linguagem, a enunciativo-discursiva, que considera o discurso uma prática social e uma forma de interação - tese que vigora até hoje. A relação interpessoal, o contexto de produção dos textos, as diferentes situações de comunicação, os gêneros, a interpretação e a intenção de quem o produz passaram a ser peças-chave.

A expressão não era mais vista como uma representação da realidade, mas o resultado das intenções de quem a produziu e o impacto que terá no receptor. O aluno passou a ser visto como sujeito ativo, e não um reproduzidor de modelos, e atuante - em vez de ser passivo no momento de ler e escutar.

(SANTOMAURO, Beatriz. O que ensinar em Língua Portuguesa. In: **Revista Nova Escola**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/fundamentos/papel-letras-interacao-social-432174.shtml?page=1>. Acesso em 15/11/15).

Oralidade e Letramento

Quanto à presença da escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de práticas de letramento, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional lembrada há pouco. Frisando mais uma vez o que dizia Street (1995), deve-se ter imenso cuidado diante da tendência à escolarização do letramento, que sofre de um mal crônico ao supor que só existe um letramento. O letramento não é o equivalente à aquisição da escrita. Existem “letramentos sociais” que surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando por isso serem depreciados.

A escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo direto com a oralidade. Estes contextos são, entre outros: o trabalho; a escola; o dia-a-dia, a família; a vida burocrática; a atividade intelectual. Em cada um desses contextos, as ênfases e os objetivos do uso da escrita são variados e diversos. Inevitáveis relações entre escrita e contexto devem existir, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas, bem como terminologias e expressões típicas. Seria interessante que a escola soubesse algo mais sobre essa questão para enfrentar sua tarefa com maior preparo e maleabilidade, servindo até mesmo de orientação na seleção de textos e definição de níveis de linguagem a trabalhar.

Há, portanto, uma distinção bastante nítida entre a apropriação/distribuição da escrita e leitura (padrões de alfabetização) do ponto de vista formal e institucional e os usos/papéis da escrita e leitura (processos de letramento) enquanto práticas sociais mais amplas. Sabemos muito sobre métodos de alfabetização, mas sabemos pouco sobre processos de letramento; ou seja, sabemos pouco sobre a influência e penetração da escrita na sociedade. Mesmo pessoas ditas “iletradas”, ou seja, analfabetas, não deixam de estar sob a influência de estratégias da escrita em seu desempenho linguístico, o que torna o uso do termo “iletrado” muito problemático em sociedades com escrita (veja mais sobre o assunto em Tfouni, 1988; e Soares, 1998).

(MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap.1)

QUESTÃO 21

De acordo com os textos acima, bem como o preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pode-se afirmar que, atualmente, consideram-se como práticas ideais no ensino da língua materna aquelas:

- I. em que as situações didáticas planejadas tenham como ponto de partida e de chegada o uso real da linguagem, em diversas esferas e ambiências sociais.
- II. que partam de situações viáveis aos alunos e intentem provê-los de novas possibilidades e experiências languageiras.
- III. em que a razão maior de ser das propostas e projetos de trabalho enfocando leitura, escrita, fala e escuta seja a decodificação dos diversos textos.
- IV. em que se busque a eficácia dos usos linguísticos, por meio da ampliação do acesso a textos de diferentes gêneros.
- V. em que, na correção dos textos, a “higienização linguística” (cuidados com aspectos formais, como a ortografia) não prevaleça sobre aspectos da textualidade, como a intencionalidade, a coesão e a coerência, a intertextualidade e a informatividade.

Verifica-se que estão **CORRETAS** as afirmações presentes em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 22

De acordo com as relações entre concepções de linguagem e modos de ensinar, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A partir da década de 1980, a transformação conceitual – que alterou o foco de língua como expressão do pensamento para língua como ferramenta sociocomunicativa – fez com que o estudo da frase como unidade do ensino linguístico (no que se refere às nomenclaturas de termos e categorias) gradualmente cedesse lugar ao estudo dos gêneros textuais-discursivos, em suas diferentes condições e contextos de uso social.
- (B) A variabilidade de usos da escrita em contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo direto com a oralidade, evidencia ênfases e objetivos de uso da escrita muito diversos. Por essa razão, cabe à escola ensinar estritamente situações de uso da norma padrão, já que o aluno não terá acesso a ela em nenhum outro lugar fora dali. Além disso, o domínio da norma padrão assegura ao aluno correção e adequação em qualquer gênero textual que precise usar dentro e fora da escola.
- (C) Mesmo atuando nos ciclos finais do ensino fundamental, é necessário ao professor de língua materna dominar um conjunto de saberes sobre os métodos de alfabetização e sobre os processos de letramento, considerando-se a influência e penetração da escrita na sociedade. Isso lhe permite enfrentar sua tarefa com maior preparo e maleabilidade, e servirá como fator de orientação na seleção de textos adequados e na definição de níveis de linguagem a trabalhar com suas turmas.
- (D) Um desdobramento da perspectiva enunciativo-discursiva de cunho bakhtiniano para o ensino foi a consolidação da crença de que o aluno é um indivíduo responsivo ativo, isto é, sujeito de sua aprendizagem da leitura e da escrita. Esse novo paradigma rompeu com a concepção de que o aprendiz fosse apenas um “depositário” dos saberes escolares, seja de língua portuguesa, seja de qualquer outra disciplina.

INSTRUÇÃO: Textos para a questão 23:**Linguagem, escrita e poder**

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem "ouvidas", às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos. O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-lo num ato linguístico (BOURDIEU, 1977). Os casos mais evidentes em relação a tal afirmação são também os mais extremos: o discurso político, sermão na igreja, aula, etc. As produções linguísticas deste tipo, e também de outros tipos, adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado. As regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte.

Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que "saber": a) quando pode falar e quando não pode; b) que tipo de conteúdos referenciais lhe são consentidos; c) que tipo de variedade linguística é oportuno que seja usada. Tudo isto em relação ao contexto linguístico e extralinguístico em que o ato verbal é produzido. A presença de tais regras é relevante não só para o falante, mas também para o ouvinte, que, com base em tais regras, pode ter alguma expectativa em relação à produção linguística do falante. Essa capacidade de previsão é devida ao fato de que nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos referenciais. Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade "cultura" ou "padrão", considerada geralmente "a língua", e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um "*corpus*" definido de valores, fixado na tradição escrita.

Uma variedade linguística "vale" o que "valem" na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos "internos", quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos "externos" pelo prestígio das línguas no plano internacional.

(GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Apresentação. p. 5-7).

Chico Bento em **BOM PORTUGUÊS**



(Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=charge+sobre+preconceito+linguistico&espv=2&biw>. Acesso em: 21/11/15)

QUESTÃO 23

Considerando os dois textos acima, analise as seguintes afirmativas:

- I. A atitude da professora de Chico Bento confirma a análise explicitada por Gnerre: a variedade falada pelo aluno, de procedência rural, é desqualificada e desvalorizada, “vale” menos que a variedade de prestígio. Isso se reafirma tanto pelo título da história – “Bom Português” – quanto pela afirmação de D. Marocas que, no dia seguinte, quer que o aluno esteja “o fino no português”.
- II. Para Gnerre, “todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que “saber”: a) quando pode falar e quando não pode; b) que tipo de conteúdos referenciais lhe são consentidos; c) que tipo de variedade linguística é oportuno que seja usada.” Na história de Chico Bento, este demonstra ignorar quando deveria ficar calado e, por isso é justificável a reação da professora, D. Marocas, e o possível castigo aplicado por ela.
- III. A presença de regras (tácitas ou explícitas) de uso da língua é relevante não só para o falante, mas também para o ouvinte, que, com base em tais regras, pode ter alguma expectativa em relação à produção linguística do falante. Considerando-se a intencionalidade de ambos os interlocutores – professora e aluno do ensino fundamental – e o que cada um idealiza em relação ao outro, pode-se afirmar que se esperava outro comportamento linguístico de Chico Bento; naquele contexto, requeria-se o domínio e uso de um registro oral formal, calcado numa variedade padrão da língua.
- IV. Segundo Gnerre, “somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade “cultura” ou “padrão”, considerada geralmente “a língua”, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio.” Chico Bento é representante de um grande conjunto de falantes do português brasileiro que fala uma variedade distinta do português padrão, o qual é empregado por pessoas altamente escolarizadas, em centros urbanos e em contextos de formalidade.

Estão **CORRETAS** as afirmativas contidas **apenas** em:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 24

Atente para o fragmento abaixo, de Bortoni-Ricardo (2005):

Língua urbana é uma denominação genérica que inclui as diversas modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita. Tais modalidades, que dependem da classe social, da profissão, da zona de residência e, principalmente, do grau de escolaridade dos indivíduos, vão desde as variedades populares que se aproximam muito dos vernáculos, até a variedade culta, empregada pelas pessoas de nível alto de escolarização e pelos meios de comunicação de massa, que segue aproximadamente os preceitos da gramática normativa.

Na língua urbana, observam-se ainda características regionais, principalmente no léxico, pois os regionalismos lexicais encontrados na fala da população de cada cidade brasileira têm cunho geográfico e não social.

Chamamos de língua oficial a descrita na gramática normativa. Do fato de se basear em escritores não contemporâneos resulta o seu distanciamento, em muitos pontos, da realidade linguística oral e literária no Brasil. Detentora, porém, do benelácito do sistema sociopolítico, que a considera correta em detrimento de todas as outras variedades, impõe-se o seu emprego em documentos oficiais e formais, bem como o seu estudo na escola, onde o professor a ensina, embora ele próprio não a use em sua fala coloquial.

(BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005)

Com base nos pressupostos defendidos por Bortoni-Ricardo, na obra destacada (e também por outros autores, como Marcos Bagno, em “Português ou Brasileiro”), é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A norma padrão prescrita nas gramáticas normativas não corresponde totalmente à língua falada por nenhum brasileiro. Embora apresentem certos traços descritivos da sincronia atual, grande parte das regras nelas apresentadas e prescritas refere-se a sincronias faladas em estágios anteriores da língua. Como exemplo, podem-se citar algumas regências verbais e nominais, além de colocações pronominais como a mesóclise.
- (B) Embora funcionem como forças centrípetas (ou conservadoras), que tentam refrear as mudanças linguísticas, a escola e os meios de comunicação não conseguem neutralizar as distinções entre as múltiplas variedades dialetais.
- (C) Muitas variedades do português brasileiro, consideradas distantes (em aspectos fonéticos, morfossintáticos e lexicais) da norma padrão e socialmente prestigiada, conservaram traços do português arcaico.
- (D) No Brasil, são socialmente estigmatizados os vernáculos e variedades populares da língua urbana porque, do ponto de vista estritamente linguístico, tais variedades são estruturalmente deficitárias, insuficientes para a expressão das intenções comunicativas de seus falantes.

QUESTÃO 25

No capítulo 2 da obra “Da fala para a escrita: processos de retextualização”, Luiz Antonio Marcuschi afirma que buscará:

“construir aqui um modelo para analisar o grau de consciência dos usuários da língua a respeito das diferenças entre fala e escrita observando a própria atividade de transformação. Serão identificadas as operações mais comuns realizadas na passagem do texto falado para o texto escrito. Esta passagem ou transformação é uma das formas de realizar o que denomino retextualização.”

Em relação às concepções de Marcuschi quanto aos processos de retextualização / reescrita de um texto, analise as seguintes afirmativas, identificando-as com **V** ou **F**, conforme sejam **verdadeiras** ou **falsas**:

() Transcrever (ou transcodificar) a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionizados. Seguramente, neste caminho, há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas. Contudo, as mudanças operadas na transcrição devem ser de ordem a não interferir na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo.

() Enquanto a transcodificação compreende a passagem do sonoro para o gráfico, a adaptação já é uma transformação na perspectiva de uma das modalidades do que o autor denomina sistematicamente de retextualização. Na retextualização, há interferência tanto na forma e substância da expressão como na forma e substância do conteúdo, o que a torna mais complexa. Um exemplo dessa alteração é transformar, junto com os alunos, uma entrevista oral em um texto escrito, para análise deste.

() Para Marcuschi, ao se trabalhar com retextualização, o professor precisa considerar as seguintes variáveis: o propósito ou objetivo da retextualização; a relação entre o produtor do texto original e o transformador; a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização; os processos de formulação típicos de cada modalidade.

() Quando se refere aos processos de formulação e estratégias de produção textual vinculadas a cada modalidade, Marcuschi observa que, tanto na produção oral quanto na escrita, tem-se sempre a possibilidade de rever o próprio texto,

sem que esta revisão (ou correção) seja *visível* ao receptor da versão final do texto. Desta forma, atenuam-se os efeitos de imperfeição e incompletude dos discursos em sua versão final.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) V – V – V – F
- (B) V – F – V – F
- (C) V – F – F – V
- (D) F – V – F – V

QUESTÃO 26

Atente para o fragmento abaixo, excerto de obra de Irandé Antunes:

“Não pode haver uma prática eficiente sem fundamentação num corpo de princípios teóricos sólidos e objetivos. Não tenho dúvida: se nossa prática de professores se afasta do ideal é porque nos falta, entre outras muitas condições, um aprofundamento teórico acerca de como funciona o fenômeno da linguagem humana. O conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita a noções e regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática.”

Considerando a citação acima e em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, **a perspectiva metodológica a ser considerada no ensino gramatical** deve se pautar nas concepções que se encontram na opção:

- (A) Deve o professor concentrar seu tempo e disposição ao ensino de uma gramática voltada para a metalinguagem, visto que é notória a relevância da nomenclatura e da classificação das unidades, isto é, de uma gramática dos “nomes” das unidades, das classes, e subclasses destas unidades (em detrimento das regras de seus usos). Já será uma grande conquista desenvolver nos alunos a capacidade de reconhecer as unidades e de nomeá-las corretamente.

- (B) Deve o professor considerar que ensinar conhecimentos linguísticos na escola básica pressupõe ensinar uma gramática predominantemente prescritiva, que sabe destacar o 'certo' e o 'errado', pois essa dicotomia de como se falar e escrever bem evidencia o que seja falar e escrever corretamente, não importando o que se diz ou as condições em que se diz. O prisma da correção da língua é o mais relevante, prevalecendo sobre outros aspectos linguísticos, textuais e discursivos.
- (C) Deve o professor dedicar-se ao ensino da gramática que se mantém prestigiada porque retrata uma língua uniforme, fixada num conjunto de regras que, conforme constam nos manuais, devem manter-se a todo custo imutáveis (apesar de haver muitos usos em contrário). O processo de mudança das línguas, tão fortemente presente no passado, é algo que já aconteceu e não acontece mais. Portanto, o professor deve fortalecer o valor da consulta a manuais e compêndios de gramática (impressos ou eletrônicos), que sempre trazem atualizados os usos dos falantes mais escolarizados e escritores da atualidade.
- (D) Deve o professor perceber que há um conjunto de saberes linguísticos a serem ensinados a partir de um embasamento teórico. As teorias linguísticas do uso da prosódia, da morfossintaxe, da semântica, da pragmática, teorias do texto, concepções de leitura, de escrita, acerca do uso interativo e funcional das línguas é o que pode embasar um trabalho verdadeiramente eficaz do professor de português.

QUESTÃO 27

No livro “Gramática Ensino Plural”, Luiz Carlos Travaglia apresenta diferentes concepções gramaticais, a partir de distintas concepções de língua, e as implicações destas para o ensino produtivo de língua materna. Atente para o excerto a seguir:

Para que ensinar teoria gramatical

Diante do grande conjunto de saberes obtidos pela ciência linguística nos últimos séculos, resta delimitar o que e quanto ensinar. Uma proposta de “currículo mínimo” envolveria aspectos como: a) unidades linguísticas fundamentais em cada plano (fonológico, morfológico, sintático, semântico) e nível (lexical, frasal, textual); b) flexões e categorias que expressam; c) as diferentes categorias gramaticais (gênero, número, pessoa, tempo, etc.); d) construções sintáticas; e) processos de formação de palavras e elementos constitutivos das palavras; f) funcionamento de todos estes recursos da língua em textos, para permitir a comunicação, incluindo noções básicas de textualidade, pragmática e argumentatividade; g) conhecimento da existência e abrangência de variedades linguísticas; h) discussão das normas de uso dessas variedades linguísticas, confrontando-as com a norma culta, prestigiada, tentando eliminar o preconceito que sempre foi inculcado em relação a elas.

(TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática Ensino Plural**. São Paulo: Cortez, 2003. Cap. 5).

Com base na argumentação de Travaglia na obra em foco (que se coaduna à voz de autores como Irlandé Antunes, José Carlos Azeredo, Marcos Bagno, entre outros), é **CORRETO** afirmar:

- (A) Ao propor um “currículo mínimo” (e o explicitar com diversas atividades ao longo da sua obra), Travaglia defende que, uma vez que as pessoas de extratos socioeconômicos desfavorecidos têm menos estimulação linguística em casa e provavelmente não ocuparão postos de trabalho que exijam uso de uma língua mais formal, não se deve cobrar delas o ensino da norma padrão, mas dar-lhes condições básicas de leitura e letramento.

- (B) Travaglia defende que a abordagem de tópicos gramaticais que constam do currículo escolar da educação básica se dê por meio de estudos e atividades pedagógicas em que se considere o acervo de saberes da ciência linguística, e em que se contraponham as normas prescritas na gramática normativa e as normas de usos reais (aplicadas na publicidade, nos textos jornalísticos e informativos, etc.). Isso, para o autor, atende aos requisitos de um ensino linguístico que propicie ao educando uma visão mais crítica, por ser feito de forma menos dogmática.
- (C) Travaglia defende um ensino que ignore o que se encontra estabelecido em compêndios gramaticais e em dicionários, considerando-se que, atualmente, tais suportes ficam obsoletos com grande rapidez. Embora mencione o reconhecimento da existência e abrangência das variedades linguísticas, é firme no sentido de que somente a norma padrão em uso (presente nas gramáticas descritivas) deva ser fruto das discussões em sala de aula.
- (D) Travaglia demonstra ser partidário de se ensinar teoria gramatical (formalismo), de maneira similar ao que consta nas gramáticas normativas, inclusive deixa isso bem claro ao elencar os tópicos a serem observados pelo(a) professor(a) de língua materna: a priorização do ensino de classes gramaticais e estruturas sintáticas possíveis dentro da língua.

QUESTÃO 28

Para Arthur Morais, percebe-se que “a escola cobra do aluno que ele escreva certo. Mas cria poucas oportunidades para refletir com ele sobre as dificuldades ortográficas de nossa língua”. Uma forma de superar esse desvio (e desafio) seria, em vez de se preocupar tanto em avaliar e verificar o conhecimento ortográfico dos alunos, a escola investisse mais “em ensinar, de fato, a ortografia.”

Para ele,

“A tarefa do aprendiz de ortografia é então multifacetada: envolve apropriar-se das restrições irregulares e regulares socialmente convencionadas, de modo a gerar não só a escrita de palavras, mas a escrita correta de palavras. Mesmo dentro do que chamamos de casos “regulares” há peculiaridades: ora o aprendiz precisa refletir sobre a categoria gramatical da palavra, ora precisa atentar para a posição do segmento sonoro dentro da palavra, ora precisa observar a tonicidade do segmento”.

(MORAIS, Arthur Gomes de. Ortografia: este peculiar objeto de conhecimento. In: MORAIS, Arthur G. de (Org.). **O aprendizado da Ortografia**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007).

Atente para o texto abaixo, produzido por uma aluna do 6º ano do ensino fundamental, faixa etária 11 a 12 anos:

Querida professora,
Eu queria agora te contar: sobre as minhas ferias elas forão um masimo. tudo comecou qundo. Eu fui para a casa do meu tio, e lá tem um lote muito legal com 3 guangorras, muitas bicicletas. primeiro cheguei lá e meu tio estava pretis a sair com os meus primos para rudiar a panpulia, e ele me chamou para ir. Eu fui. Nos já tinhamos rudiado a panpulia varias veses, mais aqula fez nos marcou. Chegamos e aumosamos depois, eu e os meus primos ana e marcos gangorramos cada, um em uma gangorra, e anoiteceu o meu tio tinha conprado carne para um churrasquinho depois fomos dormir, e acordamos em uma grande alegria, e fomos brinca nem queriamos tomar café ninguem tinha ideia legau e ai que eu pensei vamos fazer uma festa jeca, e todos concordarão. Era o meu utimo dia e eu sabia da festa geca so que niguem sabia da supresa somente o meu tio ele fez um bolo lindo depois quando os convidados já ião ele chegou com o bolo e se despediu de mim a professora desas ferias nunca irei esquecer depois a fouta das aulas.

De sua aluna Maria.

Assinale a afirmação **INCORRETA**, considerando sua leitura da obra de Moraes e do texto da aluna “Maria”:

- (A) A aprendiz evidencia, em seu texto, alguns erros que se devem à influência do seu dialeto de origem – como em “as minhas ferias”, “legau” e “fomos brinca”. Para enfrentar erros dessa natureza, é preciso que o professor diagnostique as ocorrências mais frequentes (divergências em relação ao padrão) em sua turma e planeje atividades sistemáticas para ir levando os alunos à reflexão sobre tais diferenças de registro, explicitando como se falam / como se escrevem tais itens.

- (B) Alguns erros gráficos cometidos pela aluna podem ser sanados com treinos de percepção de tonicidade – como “iãõ” e “forãõ”; outros podem ser ensinados por meio de exercícios em que se evidenciem regras – como maiúsculas em nomes próprios, acentuação de oxítonas terminadas por –em, “m” antes de “p” e “b”.
- (C) Maria comete muitos erros ortográficos de natureza lexical (erros de grafia, como “utimo”, em vez de “último”), muitos erros de pontuação, mas são escassos os erros de concordância verbal ou nominal (como em “as minhas feria”).
- (D) Maria comete tantos erros em seu texto que fica impossível ao leitor perceber o atendimento às condições básicas demandadas por uma produção textual narrativa: não fica claro o que ela quis dizer, a quem, por que, para que.

QUESTÃO 29

Com relação à formação do produtor de texto escrito na educação básica, os trabalhos de Graça Costa Val são referência para muitos estudos relevantes a partir da década de 1980.

Considerando alguns dos aspectos que esta autora aborda em “Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto: o sujeito-autor”, coloque **V (verdadeiro)** ou **F (falso)** diante de cada uma das asserções abaixo:

() O processo de apropriação de habilidades textuais-discursivas pelo aluno no ensino fundamental, principalmente nos primeiros anos de escolarização apontam para o efeito construtivo desse processo, isto é, o aprendiz é um sujeito que elabora seu conhecimento sobre produção de texto a partir da interação com os seus próprios textos.

() A perspectiva de ensino de produção textual que se depreende dos documentos oficiais (proposições curriculares) mostra que é necessário transformar o texto num objeto ou produto que tem valor como um fim em si mesmo. O sujeito que o constrói adequadamente demonstra ter aprendido as regras linguísticas e discursivas que regem a produção textual e será bom produtor textual independentemente dos diferentes contextos em que isso for demandado.

() Sabe-se que, na escola, normalmente o aluno não escreve para ser lido efetivamente, mas para ser corrigido. No entanto, nas primeiras atividades de produção escrita, é importante que o professor não dê retorno ao aluno e que apenas leia o texto, dê o visto e o archive, pois o texto produzido certamente se encontrará cheio de erros. O rigor do professor ao detectar e corrigir os erros nas produções posteriores garantirá que, por volta do 6º ano escolar, cada aluno seja efetivamente um produtor textual proficiente.

() Para o desenvolvimento de uma produção textual significativa, o professor deve planejar e criar as condições necessárias para que o aluno-autor seja bem sucedido em seu processo criador, zelando para que o aprendiz: a) tenha o que dizer; b) tenha uma razão válida para dizer aquilo que tem a dizer; c) tenha para quem dizer aquilo que deseja dizer; d) se constitua como sujeito-locutor que saiba escolher as melhores estratégias para realizar sua intenção.

() Os produtores de texto são sujeitos que interagem verbalmente e o fazem a partir de um lugar social e histórico determinado. Aquele que ensina a escrever e que é o leitor privilegiado dos textos produzidos pelos aprendizes deve fazê-lo com os olhos da compreensão, reconhecendo os textos como instâncias discursivas individuais, e que carregam consigo um conjunto de fatores ou de determinantes.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F – V – V – F – V
- (B) F – V – F – V – F
- (C) V – F – F – V – V
- (D) V – F – V – V – F

QUESTÃO 30

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) atestam a necessidade de o professor de Língua Portuguesa trabalhar, cotidianamente, com diferentes gêneros discursivos, bem como de se apropriar de novas metodologias disponibilizadas por meio do acesso às TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Com relação a esse aspecto, afirma-se nos PCN que “não se trata, porém, de tomar os meios como eventuais recursos didáticos para o trabalho pedagógico, mas de considerar as práticas sociais nas quais estejam inseridos”. (PCN, 1997, p. 89). De acordo com o documento, portanto, as mídias não podem ser usadas como pretexto para, eventualmente, “fazer algo novo” com os alunos, isto é, inovar por inovar.

Atente para o texto abaixo:

Apropriações docentes da midiamorfose

Será que toda a aura de interatividade e as conexões cada vez mais potentes não estão nos dando uma falsa ideia de evolução na educação?

por Wendel Freire*

Interatividade na educação, democratização, participação, emancipação e liberdade estão entre as palavras que fazem parte do discurso e do imaginário sobre a internet.

Através de telas interativas [*tablets, smartphones*, computadores, entre outras] sabemos se vai chover, conversamos com colegas do trabalho pelo WhatsApp, pesquisamos o lugar mais barato para se comprar um novo celular, observamos rostos alegres posando para nós [para a rede] e buscamos incessantemente por entretenimento. Com elas nas pontas dos dedos, satisfazemos [ao menos temporariamente] nossa avidez por seus estímulos visuais.

A companhia do adjetivo "interativas" não faz das telas um objeto de uso protagonista por si só. As telas funcionam em nossas mãos, antes de qualquer coisa, como lugares com função calmante, consoladora ou confortante. Estabelecemos com ela uma relação de dependência sensorial.

Mais que interativas, são telas lenitivas. São espaços de fuga.

Quanto mais tempo agarrados às telas, menor é a vida interior, menor é a contemplação e a dedicação ao pensamento reflexivo. É engendrada com esta mobilidade da comunicação, da informação e do entretenimento uma nova forma de controle, uma nova cognição e uma nova subjetividade.

(***Wendel Freire**, Doutorando em Educação e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de Letras e Pedagogia (Fundação Técnico Educacional Souza Marques) e da pós-graduação em Tecnologia Educacional (Universidade Cândido Mendes).

Disponível em: <http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/56/apropriacoes-docentes-da-midiarmorfose>

Considerando a temática abordada, nos aspectos indicados nos documentos parametrizadores e em textos como o de Wendel Freire, **avalié as afirmações** a seguir:

- I. Na contemporaneidade, ensinar a escrita com o uso da tecnologia informática requer o ensino das práticas sociais instituídas por ela, das especificidades que elas possuem, dos recursos que elas mobilizam e como os sujeitos podem se apropriar delas para interagir socialmente. O uso pedagógico das TICs permitirá um novo grau de letramento digital que instrumentalizará os aprendizes para que participem de forma cidadã de novas práticas sociais, pessoais e profissionais.
- II. Um dos desafios a ser enfrentado pelo educador é como orientar cada aluno a contextualizar os dados e as informações acessados, transformando-os em conhecimentos significativos, a partir da seleção de fontes confiáveis e da análise crítica desses conteúdos encontrados.
- III. Como recursos didáticos, disponibilizados pelas mídias, as novas estruturas narrativas literárias e cinematográficas exerceram influências mútuas, alterando as formas de organização e arranjo de cada forma de linguagem. Por exemplo, sabe-se que assistir a um filme ou ler um livro concorre, atualmente, com a dinamicidade dos jogos eletrônicos: somente nestes o jogador pode mudar o enredo, alterar a ação de um personagem ou escolher diferentes cenários e outras possibilidades. Dessa forma, também os jogos oferecem um potencial pedagógico importante. Traduzir conteúdos de obras literárias

em jogos – já existentes ou criados pelos alunos a partir da leitura de determinada obra –, num processo de aprendizagem transmídia, promove maior interesse dos jovens.

- IV. As redes sociais constituem outra ambiência ou plataforma que se abre a novas incursões pedagógicas: considerando-se que os jovens se conectam pelo *Facebook*, pelo *Twitter* ou no *MySpace*, seja por razões “frívolas” (como postagem de selfies) ou “nobres” (por exemplo, para a participação num movimento ativista, como o *Greenpeace*). Os jovens constroem novas relações e interações sociais nestes *ciberespaços*, por isso é preciso que o professor adentre esse universo e busque a apropriação escolar de pelo menos alguns desses dispositivos. Esse (com)partilhamento pode criar ambientes produtivos para a troca de experiências, a construção de conceitos, a exploração da internet para propostas instigantes que associem pesquisa (em revistas e jornais eletrônicos) ao jogo argumentativo (produções textuais em aparelhos digitais).
- V. O desafio docente é encontrar estratégias de controle do uso de tais ferramentas, impedindo que a novidade se torne adversidade. Para que as novidades sejam incorporadas dentro de uma abordagem pedagógica, é importante que o professor seja capaz de escutar as sugestões dos alunos, mas também de fazer e conduzir propostas. Pôr em contato diferentes turmas por meio de um blog escolar, criar um grupo de estudos no *google. groups*, por exemplo, são ações que permitem que alunos e professores compartilhem dados referentes à vida acadêmica, troquem dicas, sanem dúvidas e elenquem e discutam questões relevantes para a comunidade escolar.

Verifica-se que, em relação ao uso pedagógico de novas tecnologias para o ensino de língua materna:

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
(B) Estão corretas apenas as afirmativas I, III e V.
(C) Estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV.
(D) Estão incorretas todas as afirmativas.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ
EDITAL 02/2015

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



FUMARC
CONCURSOS

Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br